



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL
R. Sorbone, 375, . - Centreville
CEP: 13560-760 - São Carlos - SP
Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

SENTENÇA

Processo nº: **0012488-84.2013.8.26.0566**
Classe - Assunto: **Procedimento Ordinário - Interpretação / Revisão de Contrato**
Requerente: **Marcio Rodrigues**
Requerido: **Banco Itaú Sa**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Carlos Castilho Aguiar França**

MARCIO RODRIGUES ajuizou ação contra **BANCO ITAÚ S. A.**, alegando, em resumo, que contratou financiamento de bem móvel, prometendo o pagamento em prestações mensais, apuradas com base em cláusulas ilegais, decorrentes de contrato de adesão, pois estabelecida a capitalização mensal de juros, a correção monetária cumulada com comissão de permanência e juros superiores ao limite legal, cumprindo rever o valor da obrigação mensal, para restabelecer o equilíbrio contratual, e inibir a inclusão de seu nome em cadastro de devedores. Ofereceu em depósito o valor que entende devido e pediu a exclusão de seu nome de cadastro de devedores e a manutenção na posse do bem financiado.

Indeferiu-se o adiantamento da tutela.

Citado, o réu contestou o pedido, arguindo carência de ação e improcedência da pretensão revisional, pois inócurre qualquer ilegalidade ou vício no contrato.

O autor não se manifestou a respeito, embora intimado.

É o relatório.

Fundamento e decido.

Cuida-se de financiamento instrumentalizado em cédula de crédito bancário, com prestação mensal expressamente estabelecida em valor fixo, resultante da taxa de juros aplicada, de 2,13% ao mês e anual de 28,78%, com custo efetivo anual de 33,45%.

Processualmente não há qualquer impedimento ao exercício do direito de ação, em que se busca a revisão do valor da prestação mensal, sem êxito a tese de carência de ação.

Nada obstante, a pretensão improcede.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Confira-se a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça:

Em recente entendimento, ao julgar o REsp nº 973.277-RS, sob o regime do art. 543-C do CPC e Res. n. 8/2008-STJ, a Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça, por maioria de votos, entendeu que “a previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada”, sem que haja necessidade de cláusula expressa prevendo a capitalização dos juros em periodicidade inferior a um ano, sendo esta necessária apenas “para que, após vencida a prestação sem o devido pagamento, o valor dos juros não pagos seja incorporado ao capital para o efeito de incidência de novos juros”.

Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933. ou conforme constou na ementa do Recurso.

Nesse sentido: TJSP, Apelação nº 9171532-74.2009.8.26.0000, Rel. Des. Nelson Jorge Júnior, j. 17.10.2012.

É lícita a previsão, consoante a jurisprudência referendada pelo Superior Tribunal de Justiça, em Recurso Repetitivo:

CIVIL E PROCESSUAL. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. AÇÕES REVISIONAL E DE BUSCA E APREENSÃO CONVERTIDA EM DEPÓSITO. CONTRATO DE FINANCIAMENTO COM GARANTIA DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. CAPITALIZAÇÃO DE JUROS. JUROS COMPOSTOS. DECRETO 22.626/1933 MEDIDA PROVISÓRIA 2.170-36/2001. COMISSÃO DE PERMANÊNCIA. MORA. CARACTERIZAÇÃO.

1. A capitalização de juros vedada pelo Decreto 22.626/1933 (Lei de Usura) em intervalo inferior a um ano e permitida pela Medida Provisória 2.170-36/2001, desde que expressamente pactuada, tem por pressuposto a circunstância de os juros devidos e já vencidos serem, periodicamente, incorporados ao valor principal. Os juros não pagos são incorporados ao capital e sobre eles passam a incidir novos juros.

2. Por outro lado, há os conceitos abstratos, de matemática financeira, de "taxa de juros simples" e "taxa de juros compostos", métodos usados na formação da taxa de juros contratada, prévios ao início do cumprimento do contrato. A mera circunstância de estar pactuada taxa efetiva e taxa nominal de juros não implica capitalização de juros, mas apenas processo de formação da taxa de juros pelo método composto, o que não é proibido pelo Decreto 22.626/1933.

3. Teses para os efeitos do art. 543-C do CPC: - "É permitida a capitalização de juros com periodicidade inferior a um ano em contratos celebrados após 31.3.2000, data da



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

publicação da Medida Provisória n. 1.963-17/2000 (em vigor como MP 2.170-36/2001), desde que expressamente pactuada." - "A capitalização dos juros em periodicidade inferior à anual deve vir pactuada de forma expressa e clara. A previsão no contrato bancário de taxa de juros anual superior ao duodécuplo da mensal é suficiente para permitir a cobrança da taxa efetiva anual contratada".

4. Segundo o entendimento pacificado na 2ª Seção, a comissão de permanência não pode ser cumulada com quaisquer outros encargos remuneratórios ou moratórios.

5. É lícita a cobrança dos encargos da mora quando caracterizado o estado de inadimplência, que decorre da falta de demonstração da abusividade das cláusulas contratuais questionadas.

6. Recurso especial conhecido em parte e, nessa extensão, provido.

(REsp 973.827/RS, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, Rel. p/ Acórdão Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, SEGUNDA SEÇÃO, julgado em 08/08/2012, DJe 24/09/2012)

Apelação. Alienação fiduciária. Mútuo bancário. Ação revisional. Sentença de procedência parcial. Manutenção.

1. Prescrição. Inocorrência. Pretensão da autora não se fundando, em absoluto, em enriquecimento sem causa, hipótese em que, aí sim, o prazo prescricional seria trienal. Hipótese se submetendo ao prazo prescricional geral para as ações pessoais (CC, art. 205).

2. Capitalização mensal de juros remuneratórios. Legalidade da capitalização dos juros em períodos inferiores ao anual. Operação em exame posterior ao advento da Medida Provisória 2.170-36/2001, perenizada pela Emenda Constitucional 32/2001. Hipótese em que o instrumento contratual aponta a taxa mensal e a taxa anual, verificando-se claramente que esta última é superior ao duodécuplo da primeira. Cenário em que se tem por contratada de maneira expressa e clara a capitalização mensal. Orientação sedimentada pelo STJ em procedimento de recursos especiais repetitivos, tendo como paradigma o AgRg no AREsp nº 87.747/RS, j. 16.8.12 (TJSP, Apelação com revisão nº 0019280-88.2012.8.26.0566, Rel. Des. Ricardo Pessoa de Mello Belli, j. 23.09.2013).

Qualquer alegação de juros abusivos ou de onerosidade excessiva não se ajusta à realidade, pois a taxa contratada é absolutamente compatível com a modalidade contratual, nada indicando o contrário. Nem houve alegação a respeito.

Para a hipótese de inadimplência, o contrato prevê incidência de comissão de permanência e multa moratória de 2%, obedecendo o limite legal. Não há previsão de juros moratórios.


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
3ª VARA CÍVEL

R. Sorbone, 375, . - Centreville

CEP: 13560-760 - São Carlos - SP

Telefone: (16) 3368-3260 - E-mail: saocarlos3cv@tjsp.jus.br

Tem-se permitido a cobrança de comissão de permanência, desde que: a) pactuada; b) não cumulada com demais encargos moratórios ou remuneratórios e com correção monetária; c) seu valor não ultrapasse as taxas médias de mercado ou a somatória dos juros remuneratórios contratados, mais juros de mora e multa contratual; d) incida apenas no período de inadimplência. Assim se extrai de precedentes do STJ (Súmulas 30, 294 e 296) e do E. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo (APELAÇÃO CÍVEL Nº 0075179-62.2008.8.26.0000, j. 30.07.2012).

A prestação oferecida é inferior àquela contratada, do que decorre a improcedência da pretensão consignatória e, em consequência, também do pleito de exclusão do nome de cadastro de devedores e de manutenção da posse do veículo.

Diante do exposto, **acolho em mínima parte o pedido**, apenas para afastar a incidência cumulada dos encargos de inadimplência, admitindo a incidência de comissão de permanência (assim entendida como juros remuneratórios à taxa média de mercado, não podendo ultrapassar o percentual contratado para o período de normalidade, acrescidos de juros de mora e de multa contratual) sem cumulação com correção monetária (Recursos Especiais repetitivos n. 1.063.343/RS e 1.058.114/RS).

Rejeito os demais pedidos.

Responderá o autor pelas custas e despesas processuais, corrigidas aquelas em reembolso, desde que comprovadas, e pelos honorários advocatícios do patrono do contestante, fixados por equidade em 10% do valor da causa, corrigido monetariamente desde a data do ajuizamento. A execução dessas verbas, porém, **fica suspensa**, nos termos do artigo 12 da Lei nº 1.060/50.

P.R.I.C.

São Carlos, 7 de outubro de 2013.

Carlos Castilho Aguiar França

Juiz de Direito

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA